

XI SEUR – V Colóquio Internacional sobre Comércio e Consumo Urbano

A PAISAGEM DO PONTAL DA BARRA NUMA PERSPECTIVA DA ARQUEOLOGIA ETNOGRÁFICA

André Dal Bosco Carletto, UFPEL, andrecarletto.arqueologia@gmail.com

RESUMO

Este trabalho trata de um projeto de mestrado ainda em início, realizado na Universidade Federal de Pelotas, desenvolvido pelo LEPAARQ- UFPEL (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia). Ambientando no Pontal de Barra (Pelotas-RS), mais precisamente na Praia do Laranjal, o contexto das pesquisas recentes já registraram ao menos 18 *cerritos*, o local é trazido à voga devido ao interesse de loteamento e construção de um complexo hoteleiro. Tal empreendimento, em seu licenciamento proporcionou um destaque para pesquisas sobre a biota local e os sítios arqueológicos. Também gerou, a uma parcela da comunidade local um processo arbitrário de gentrificação, sob pretexto dos mesmos serem “poluidores da paisagem”. Ao se pensar numa Arqueologia Comunitária, desempenhada por uma Arqueologia Etnográfica para compreender fenômenos específicos em seus devidos contextos sociais podemos ter um vislumbre das percepções acerca dos locais, por nós chamados de sítios arqueológicos, que recebem ressemantizações. Sendo a paisagem considerada como um complexo baseado nas percepções que englobe um todo, sendo estas percepções entendidas como construções sociais. Assim sendo, podemos envolver os valores que abrangem a tais percepções, sejam elas funcionais, simbólicas, históricas, ou outras. Cambem análises não apenas para quem construiu, mas com quem interage com aquela paisagem, formando assim uma interpretação multitemporal e simétrica sobre pessoas, coisas, lugares e paisagens.

Palavras Chave: Arqueologia. Paisagem. Etnografia. Pontal da Barra.

ABSTRACT

This work is a project that is starting in the Master degree in the Federal University of Pelotas, developed by the LEPAARQ- UFPEL (Laboratory of Education and Research in Anthropology and Archaeology). Located in Pontal da Barra (Pelotas- RS), more specifically in the Laranjal Beach, the context of recent research recorded at last 18 *cerritos* archaeological sites, the place is put in vogue because a interest in the housing development and build of a hotel. This enterprise, in the environmental licensing show the local biota and archaeological sites. And make a gentrification process to a portion of community, this under the pretext of they are a "polluter of landscape". Thinking in a community Archaeology, made by ethnographical archeology to understand a specifically phenomenon in their social contexts, can show the perceptions about de places, to us a archaeological sites, that receive ressemantizations. The landscape is understated how social constructions. This way, is possible to evolve the functional, symbolical, historical perceptions, or others. It is a analysis not only for who make the landscape, but who interacts with that, making a interpretation multitemporal and symmetrical about people, places and landscapes.

Keywords: Archaeology. Landscape. Ethnography. Pontal da Barra.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho trata de um projeto ainda em seu início. Trata de os aportes teóricos e impressões iniciais de uma etnografia arqueológica que tem sido desenvolvida na localidade do Pontal da Barra. O texto está organizado, primeiramente assuntando o lugar do Pontal da Barra, bem como a aproximação do objeto de pesquisa, seguido de aportes teórico e metodológicos que são colocados, e por último com as primeiras impressões e análises.

1 PONTAL DA BARRA: DOS CONFLITOS AMBIENTAIS ÀS PESSOAS

Localizado na Praia do Laranjal em Pelotas, Rio Grande do Sul, o Pontal da Barra fica no interflúvio da Laguna dos Patos com o Canal São Gonçalo. O local foi trazido à voga desde o início de um empreendimento imobiliário, prevendo a urbanização de um loteamento popular, visava também a construção de um complexo hoteleiro e ampliação do calçamento e da avenida da orla em direção ao Pontal da Barra. O local é alvo de sucessivos investimentos desde os anos 80 e possui licenças ambientais de diversos órgãos públicos, havendo uma grande investida por volta dos anos 2000 (MILHEIRA, 2015).



Figura1: visão do Pontal da Barra. Google EARTH, consultado em 15/03/2015.

Contendo diversas áreas úmidas, regionalmente chamadas de banhados, permanentes e intermitentes, são áreas protegidos por lei como Área de Preservação Permanente (APP). Além disto,

há uma biota relacionada com o ambiente estuarino, sendo zona de crustáceos, reprodução de peixes, passagem de aves migratórias, possuindo também mamíferos ameaçados de extinção (NEBEL, 2014).

O processo do licenciamento também possibilitou o levantamento e cadastro de ao menos 18 *cerritos*, sítios arqueológicos caracterizados como montículos artificiais de terra. Há diferentes correntes interpretativas sobre os mesmos, desde possíveis usos habitacionais, devido à presença de estruturas de fogueira, esteios e estacas (MILHEIRA, 2014), a usos tidos como simbólicos e/ou sepultamento dos mortos, podendo ser um lugar de memória - monumento (GIANOTTI, 2000) e demarcador de territórios.

Com sua grande empreitada em 1999, com um laudo que embasou o argumento do empreendedor até últimas instâncias, gerando inclusive um processo de mudança compulsória de alguns moradores da chamada vila do trapiche, num processo de gentrificação, onde destaca NEBEL (2014:46): "esse processo pode ser definido também como uma "higienização social", ou seja, a substituição de ambientes "vernaculares" por "paisagens de poder", sendo notório um movimento para elitização do local. Os moradores que permaneceram também vivem na constante ameaça de remoção, estando num local vulnerável aos olhos da lei, entre duas áreas de preservação: o banhado e a beira da praia.

Diante da premissa predatória de tal lugar, um coletivo organizado intitulado 'Movimento Pontal Vivo' se articulou em prol da preservação local desde o ano de 2011. Composto principalmente por alguns cientistas, moradores do entorno e outros simpatizantes em seu princípio, reuniu inclusive seminários de debate acerca da região, além de protestos e contra-laudos, principalmente devido à obtenção de licença prévia por parte dos empreiteiros.

Por fim do entrave, foi movida uma ação civil pública pelo Ministério Público Estadual (MPE) endossada por instituições como a UCPel e principalmente a UFPel, culminando na multa dos proponentes do empreendimento, a prefeitura acabou por ser contra a obra alegando sua soberania acerca da política ambiental e urbanística da cidade, não podendo privilegiar a um único empresário.

Por hora o Pontal da Barra continua sendo então uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) implementada, porém devido a sua não delimitação, ainda não implantada. O projeto de sítio escola no local tornou-se uma questão inviável, devido o mandato de segurança que impede qualquer envolvido de ambas as instituições de ensino de entrar no local. Apesar da autorização legal, por motivação política as ações interventivas foram suspensas por hora.

2 DA ARQUEOLOGIA NO PONTAL PARA ARQUEOLOGIA COM AS PESSOAS

Num breve olhar à Arqueologia de Pelotas, as atividades do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ), desde o ano de 2001, atua em projetos, mapeamento do patrimônio arqueológico da região e no salvamento

arqueológico na área urbana de Pelotas, com suas atividades sempre ligadas as ações patrimoniais, sendo este um dos enfoques do laboratório.

Diversas ações vêm sendo propostas gerando novos estudos, como ações voltadas para extroversão da Arqueologia. Visando uma interação comunitária, o principal projeto de extensão denominado "Arqueologia, Educação Patrimonial e História Indígena em Pelotas", pautado principalmente nas ações educativas e na divulgação científica da Arqueologia.

Trazendo a realidade brasileira, propõe-se uma Arqueologia cada vez mais plural; primeiramente vista como uma Arqueologia de diversos públicos sejam estes: crianças, adultos, professores, entre outros, mas que também seja revisada por outros grupos específicos, como: indígenas, quilombolas, mulheres, etc. Mais recentemente tem-se denominado esta abertura para com a comunidade como Arqueologia Pública, a mesma trata de se preocupar em compreender as distintas relações entre a comunidade e o patrimônio arqueológico. Assim, mais do que levar a arqueologia ao alcance do público, esta é uma reflexão sobre o discurso que os arqueólogos criam e o seu impacto social. Vale a ressalva da Arqueologia Pública não ser propriamente uma especialização de estudo e sim uma proposta (FUNARI e BEZERRA, 2013).

Apesar de um gradual aumento do campo no Brasil, ainda é tida como uma menor atividade, sendo uma prática dos “não”, ou “não mais arqueólogos” (BEZERRA 2009 *apud* FUNARI e BEZERRA, 2013). O campo de interação da Arqueologia Pública e a Educação Patrimonial é constantemente explorado, apesar da visão de “não sendo mais arqueólogos, decidem dedicar-se a projetos educacionais voltados ao público leigo”. Em contraponto, o laboratório decide atender esta demanda, mantendo a premissa de uma universidade, com ensino, pesquisa e extensão.

Seguindo a proposta de romper com o púlpito de poder que às ciências se colocaram, diluindo as assimetrias do saber, a Arqueologia Pública vem sendo citada como uma forma de Antropologia Aplicada (BEZERRA, 2011, CHAMBERS, 2004), pois a ciência não pode cercear-se de qual grupo que seja, necessitando desenvolver-se e adaptar-se a diferentes públicos e parceiros. Neste modelo, a etnografia torna-se uma ferramenta principal para a execução desta proposta, sendo a transdisciplinaridade motriz de tal projeto.

A Arqueologia etnográfica, definida como um espaço transcultural para múltiplos encontros, conversações e intervenções, envolvendo pesquisadores de diversas disciplinas e diversos públicos, centrada pela materialidade e temporalidade (HAMILAKIS, 2011a:399). Com o intento na compreensão de fenômenos específicos em seus contextos sociais específicos (SILVA, 2009) o campo da prática etnográfica tem se consolidado para o estudo arqueológico do presente

2.1 Paisagem e Arqueologia pela etnografia

Paisagem entendida no aspecto de que todas são um fenômeno cultural, sendo ela um complexo que englobe um todo, conforme a percepção (ou percepções) do ser humano

(SILVEIRA, 2009). Se temos na materialidade da cultura uma via de acesso para outras questões da cultura (THIESEN, 2011), as percepções que temos acerca daquele local carrega diversos valores sociais, sejam eles históricos, funcionais, simbólicos, ou outros (THIESEN, idem; SILVEIRA e BEZERRA, 2012; SILVEIRA, 2012). De tal forma que autores irão firmar o conceito da paisagem como um artefato a ser estudado por arqueólogos (RUBERTONE, 1989; THIESEN, idem; BENDER, 2010).

No olhar arqueológico, treinamos para reconhecer os traços do gesto humano na paisagem (LEROI-GOURHAN, 1987 apud SILVEIRA, *ibdem*) e a técnica empregada, logo são passíveis de uma leitura. Aprofundando a discussão, hoje podemos pensar em ferramentas interpretativas do significado da paisagem, não apenas de quem a construiu, mas de quem com ela interage (SOUSA, 2005).

Comumente, ao se pensar no como lidamos com o mundo material, sabemos que interagimos com ele. Apropriamo-nos da chamada cultura material e os objetos são sentidos ou percebidos. Num pensamento comum, percepção seria a forma como através dos sentidos as coisas do mundo natural e humano chegam a nossa consciência (CHAUÍ, 2000 *apud* PELINI, 2011) e sensação seria o modo pelo qual sentimos o mundo através dos aparatos (órgãos) sensoriais (PELINI, 2011). Desde Merlou Ponty critica-se a separação deste modelo dicotômico para se pensar tal relação, primeiro por tratar-se de um ato único, pois a forma de percepção estaria também contextualizada, tanto no ambiente (físico) do percebido, como no ambiente (social) do que percebe (1999). Logo, entender que tal compreensão dos objetos/coisas se dá numa esfera fisiológica ou psicológica tornar-se-ia inviável, sendo a percepção e a sensação indissociáveis e, por que não, a mesma coisa.

Há então uma proposta da Arqueologia pensando a cultura material pela percepção sensorial do mundo material, algumas vezes citada como arqueologia do corpo ou da paisagem (LIMA, 2011). Sendo o corpo a forma por onde experimentamos/estamos no mundo, para além de uma forma de se entender a cultura material (tida como tradicional objeto de pesquisa dos arqueólogos), a Arqueologia Sensorial torna-se então uma proposta. Isto devido ao fato não de ser apenas uma alternativa interpretativa, ou metodológica que se encaixe de forma simples, mas a instigar as imbricações que tal mundo material tem socialmente, e em como repensar a própria práxis científica com base em outras formas de percepção/sensação para com o mundo material.

A arqueologia contemporânea, assim como outras ciências, comumente baseia-se primeiro na visão, pois o ocularcentrismo tem sido uma marca predominante da ciência moderna de modo geral (HAMILAKIS, 2011b). O que não implicaria de modo algum que abandonássemos o uso dela, mas que poderíamos pensar numa abordagem multisensorial. O maior problema da chamada paisagem fenomenológica é pensá-la como algo do visível que está dissociado dos outros sentidos, mais uma dicotomia a ser superada.

Ao pensar numa abordagem diferente acerca dos sensos não é apenas repensar a história da arqueologia (HAMILAKIS, 2012), faz-se necessário reavaliar, modificar, abandonar alguns de seus pressupostos básicos, bem como criar outras abordagens. Voltando aos sensos, o que tem sido

apresentado acerca da percepção é o fato dela como construção social (CLASSEN, 1997; HOWES, 2006, 2003; HOWES & CLASSEN, 2014; PELLINI, 2010; BEZERRA, 2013), cabendo a cada cultura construir sua hierarquia social dos senso, sabendo que nós, cientistas modernos, construímos a nossa.

Normalmente nos é apresentado os cinco sentidos, conceito forjado por Aristóteles, para uma classificação mais aguçada poderíamos chegar a números de mais de 30. Mas isso perpassa uma construção social, como os Javaneses por exemplo, visão, audição, olfato sentimento e fala (PELLINI, 2010; HOWES, 2006), como também na forma como são utilizados, os Kaluli, povo de Papua Nova Guiné, constroem sua paisagem através dos sons, enquanto os Ongee das ilhas Andaman no Pacífico, a fazem pela paisagem olfativa, os Tzotil do México tem sua hierarquia social baseada no calor. Claro que poderíamos seguir com diversos exemplos, indo para abordagens sinestésicas, onde palavras possuiriam cheiros, os Dongon de Mali (PELLINI, *idem*).

Desta forma, a paisagem aqui tratada denota não apenas o aspecto sensorial trazido pela etnografia, mas também intenta englobar outras relações entre as pessoas e a materialidade. Analisando a relação dos lugares, enquanto locais que recebem significação pela experiência vivida.

3 AS PAISAGENS DO PONTAL

Tradicionalmente rotulada como uma vila de pescadores, tanto na dissertação de Nebel (2014) como nos relatos, houve a transição de locais. Com a chegada de luz e água no local desde 2011, possibilitou que a vila abarcasse família dos pescadores. O que já indica que o local possui valores que estão se modificando. Também aponto à observação dos interlocutores sobre como a localidade tem aumentado o número dos moradores, controversamente à qualquer pré-concepção.

O espaço do Pontal da Barra tem sido alvo da especulação imobiliária, com uma forte empreitada recente, visava a exploração turística focada pelo ambiente, como indica a placa na Figura2. A premissa de um local onde tivesse o contato com a natureza, a praia e a vista única da lagoa trazia uma propaganda excelente.



Figura 2: Propaganda do Empreendimento. fonte: NEBEL, 2014.

Para os moradores, o local também simboliza uma marca de resistência. Tendo em vista o conflito ambiental que desalojou alguns moradores (da Vila do Trapiche, figura 3), foi também marcado por muitas tentativas de se manter no local e assim manter seu modo de vida. Serviços básicos como água e luz são recentes e permitiram não apenas um modo de vida melhor para os pescadores, como a vinda da família dos mesmos e assim o aumento de moradores fixos, o que vem se consolidando.

Apesar de um movimento se manter ligado a causa da preservação, o coletivo intitulado Movimento Pontal Vivo, se articulou em prol da preservação local desde o ano de 2011. Composto principalmente por alguns cientistas, moradores do entorno e outros simpatizantes em seu princípio, reuniu inclusive seminários de debate acerca da região, além de protestos e contra-laudos. Visando uma preservação paisagística do local, a priori poferia ser classificado pelo Mito Moderno de Natureza intocada, descrito por Diegues:

um conjunto de representações existentes entre setores importantes do Conservacionismo ambiental de nosso tempo, portador de uma concepção hipocêntrica das relações homem-natureza, pela qual o mundo natural tem direito idênticos ao ser humano. Como corolário dessa concepção, o homem não teria o direito de dominar a natureza. Esse mito tem raízes profundas nas grandes religiões, sobretudo a cristã, e esta associada a ideia de paraíso perdido. (DIEGUES, 2001: 45)

Isto baseado numa acepção naturalista do mundo, tal conceito teria por base:

A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado ‘puro’ até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitam de uma ‘proteção total’. (IDEM).

Claro que há um esforço em diluir estes conceitos, onde no último encontro do movimento tentou-se uma aproximação com os moradores, mostrando que tais aportes vinham sendo superados aos poucos.



Figura3, Vila de Pescadores do Trapiche. Fonte: Nebel, 2014.

Antes da remoção compulsória dos moradores da Vila do Trapiche, diferente do que um senso comum poderia apontar, os moradores do Pontal, de forma geral, tinham uma visão positiva do empreendimento que poderia ter se consolidado. A expectativa da conquista de certos benefícios, como transportes, além de melhorias para serviços de água e luz estavam na expectativa de forma geral.

A questão de mobilidade urbana também remete a diferentes situações. Devido a má condição da estrada, o local as vezes torna-se inacessível de forma rápida, dificultando, por exemplo a ida a escola. No caso de certa moradora, tornou-se mais prático estudar em Rio Grande, pois para estudar em Pelotas mesmo, além da caminhada de quilômetros até o ponto de ônibus, teria de ficar ao menos duas horas dentro do veículo, apenas para ir, estando em outra cidade, a universidade de lá oferece auxílio moradia.

4 CONCLUSÕES

Este trabalho visa apresentar o espaço do Pontal da Barra, desde suas limitações geográficas, até parte recente de sua história donde há um confronto de diferentes atores sociais e a Arqueologia aparece eminentemente. Assim foi colocado como a Arqueologia permitia uma aproximação maior para com a comunidade, desde sua relação com a Antropologia, até a pesquisa que vem sendo tratada neste trabalho, sendo seguido por explanações acerca do embasamento teórico que rege este trabalho.

Sendo importante o como aspectos paisagísticos acabam por afetar a vida das pessoas, a paisagem acabou por tornar-se uma questão de destaque, tanto em questões econômicas, quanto

sociais como turismo e moradia. Este trabalho intenta trazer a visão de outros que ainda não foram instigados a cerca de sua própria paisagem, sendo assim uma visão contra-hegemônica.

Por último, vale ressaltar os aspectos políticos que a paisagem carrega. Os aportes sociais que são colocado em voga. Já destaca Funari em como temos uma seleção em relação a arquitetura Urbana, mostrando uma relação de poderes onde "(...)desde o início houve sempre dois grupos de pessoas no país, os poderosos, com sua cultura material esplendorosa, cuja memória e monumentos são dignos de reverência e preservação e os vestígios esquálidos dos subalternos, dignos de desdém e desprezo." (FUNARI, 2007:63).

5 REFERÊNCIAS CITADAS

BENDER, B. *Place and landscape*. In: TILLEY et all (ed). **Handbook of material culture**. London, SAGE, 2010.

BEZERRA, M. *As Moedas dos Índios : um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Marajó, Brasil*. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, p. 57-70, 2011.

Bezerra, M. *Os Sentidos Contemporâneos das Coisas do Passado: reflexões a partir da Amazônia*. **Revista Arqueologia Pública**, v. 7, p. 107-122, 2013.

CHAMBERS, E. *Epilogue*. In: SHACKEL, P. A.; CHAMBERS, E. J. (Eds.). **Places in mind: public archaeology as applied anthropology**. Londres: Routledge, 2004.

CLASSEN, Constance. *Foundations for an Anthropology of the Senses*. **International Social Science Journal**, vol. 49, n. 153, p. 401-412, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana . **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB, 2001.

FUNARI, P. P. A. *Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil*. In: FUNARI, 2007. **Arqueologia e Patrimônio**. Erechim: Habilis, 2007.

FUNARI, P. P. A.; BEZERRA, M. *Arqueología Pública na América Latina*. In: Gerson Machado; Flávia Cristina Antunes de Souza; Judith Steinbach. (Org.). **Educação Patrimonial e Arqueología Pública: experiências e desafios**. 1^aed. Itajaí: Casa Aberta, 2013, v. , p. 75-99.

GIANOTTI, C. *Monumentalidad, ceremonialismo y continuidad ritual*. TAPA 19 - **Paisajes culturales Sudamericanos. De las prácticas sociales a las representaciones**. GIANOTTI, Camila (coord.): 87-102. 2000.

HAMILAKIS, Y. *Archaeological ethnography: a multitemporal meeting ground for archaeology and anthropology*. **Annual Review of Anthropology** 40: 399-414, 2011a.

HAMILAKIS, Y. *Archaeologies of the senses*. In: INSOLL, T. (ed.). **The Oxford Handbook of the Archaeology of Ritual and Religion**. Oxford: OUP. Pp. 208-225, 2011b.

HAMILAKIS, Y. *From ontology to ontogeny: a new, undisciplined discipline*. **Current Swedish Archaeology** 20: 47-55, 2012

HOWES, D. **Sensual Relations: Engaging the Senses in Culture and Social Theory**, Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2003.

HOWES, D. *Charting the sensorial revolution. Senses and Society* , (1): 113-128, 2006.

HOWES, D. & CLASSEN, C. **Ways of Sensing: Understanding the Senses in Society**. London: Routledge, 2014.

LIMA, T. A. *Cultura material, a dimensão concreta das relações sociais*. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6(1), p. 11-23, 2011

MILHEIRA, R.G. *Entre o desenvolvimentismo e a preservação do patrimônio. O caso do Pontal da Barra, no sul do Brasil, Pelotas-RS*. In: Jenny González Muñoz. (Org.). **Ser de Imagen y de signo. Abordajes sobre el Patrimonio Cultural**. 1ed. Caracas: Fondo Editorial de la Universidad Latinoamericana y del Caribe, 2015.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. [tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura]. - 2- ed. - São Paulo : Martins Fontes, 1999.

NEBEL, G.C. S. **Conflitos Ambientais No Pontal Da Barra - Pelotas/Rs - Desde Uma Perspectiva Etnográfica Na Educaçãoambiental**. Dissertação de Mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande - FURG: 2014.

PELLINI, J. R. *Mudando as Calças, o Coração e a Mente. A Arqueologia Sensorial*. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 20, p. 1-17, 2010.

PELLINI, J. R. *Onde está o Gato. Arqueologia Sensorial e Paisagem*. **Revista Habitus**, v. 9, p. 17-32, 2011.

RUBERTONE, P. *Landscapes as Artifact. Comments on “the Archaeological use of Landscape Treatment in Social, Economic and ideological Analysis”*. **Historical Archaeology**: New York, 1989.

SILVA, F. A. *Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material*. **Métis** (UCS), v. 8, p. 121-139, 2009.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. *A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar*. In: SILVEIRA, F.L.A. da; CANCELA, C.D.. (Org.). **Paisagem e cultura. Dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade**. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2009.

SILVEIRA, F. L. A.; Bezerra, M. *Paisagens fantásticas na Amazônia: entre as ruínas, as coisas e as memórias na Vila de Joanes, Ilha do Marajó*. In: Maués, H.R.; Maciel, M.E.. (Org.). **Diálogos Antropológicos: diversidades, patrimônios, memórias**. 1ed. Belém - Pará: L&A Editora, 2012.

SOUSA, A. C. *Arqueologia da Paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais*. **Habitus** (UCG. Impresso), **Habitus**. Goiânia: Ed. UCG, v. 3, n.2, p. 291-300, 2005.

THIESEN, B. V. *Invisibilidade, Memória e Poder: a identidade imigrante e a construção da paisagem da cidade, Rio Grande, RS*. **Métis** (UCS), v. 16, p. 219-231, 2011.